

LUIZ OCTAVIO DE LIMA

OS ANOS DE CHUMBO

**A militância, a repressão e a cultura
de um tempo que definiu o destino do Brasil**



TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Luiz Octavio de Lima, 2020
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2020
Todos os direitos reservados.

PREPARAÇÃO: Tiago Ferro
REVISÃO: Andressa Veronesi e Carmen T. S. Costa
DIAGRAMAÇÃO: Nine Editorial
PESQUISA ICONOGRÁFICA: Daniela Chahin Barauna
CAPA: Departamento de Criação da Editora Planeta do Brasil
IMAGEM DE CAPA: Estadão Conteúdo

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Lima, Luiz Octavio de
Anos de chumbo: a militância, a repressão e a cultura de um
tempo que definiu o destino do Brasil / Luiz Octavio de Lima.
-- São Paulo: Planeta do Brasil, 2020.
448 p.: il.

ISBN: 978-85-422-1907-4

1. Brasil - Política e governo - 1964-1985 2. Brasil - História
- 1964-1985 I. Título

20-1384

CDD 981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil - História

2020 Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Bela Cintra 986, 4º andar – Consolação
São Paulo – SP CEP 01415-002
www.planetadelivros.com.br
faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

SUMÁRIO

	Prefácio, por Laurentino Gomes	7
	Apresentação	11
I	Prólogo: “A renúncia é uma denúncia”	13
II	Um brinde ao imprevisível	31
III	Guerra Fria contra os Kennedy	45
IV	Todos contra todos	59
V	Flores para os conspiradores	72
VI	O comício-estopim	82
VII	“Com Deus, pela liberdade”	93
VIII	Tanques contra Jango.....	102
IX	“O Uruguai é azul”	112
X	O poder fardado	128
XI	As ilusões perdidas	138
XII	Terror no Guararapes	149
XIII	Festivais: o palco é o palanque.....	155
XIV	Livre pensar entre incertezas	163
XV	Coração de estudante	171
XVI	A “Primavera Operária”.....	179
XVII	Um soldado morto e 100 mil civis na rua	185
XVIII	Fogo na Maria Antônia, frio em Ibiúna.....	194
XIX	O AI-5.....	205
XX	Clandestinos – A luta armada	222
XXI	O grande sequestro	235

XXII	Dor, sangue, trevas, terror	249
XXIII	Em ritmo de Brasil grande	271
XXIV	Guerrilha em campo minado	278
XXV	A volta do cabo Anselmo	291
XXVI	A navalha da censura.....	314
XXVII	O “desbunde” e a vida no exílio	329
XXVIII	Das promessas à dura realidade	342
XXIX	A sombra do retrocesso	362
XXX	Entre atentados e bombas, a anistia.....	373
XXXI	Um partido para os trabalhadores	388
XXXII	Diretas já!	400
XXXIII	De Tancredo para Sarney	411
XXXIV	O destino da democracia.....	419
	Bibliografia consultada.....	429
	Agradecimentos especiais.....	431



Planeta

PRÓLOGO: “A RENÚNCIA É UMA DENÚNCIA”

Na manhã de 25 de agosto de 1961, uma sexta-feira, Jânio Quadros seguia em avião de Brasília para São Paulo, mostrando-se ainda mais nervoso que o habitual em uma viagem aérea. Nunca escondera o pavor e a desconfiança de ser transportado em um aparelho que, segundo costumava dizer, “contraria as leis da natureza, por ser mais pesado que o ar” e no qual “passageiros precisam ser atados a uma cadeira”. Lívido, consumia seguidas doses dos drinques servidos a bordo para tentar se acalmar. Havia esperado longa e inutilmente no interior do Vickers Viscount VC-90, da Força Aérea Brasileira (FAB), pelo gesto de algum político ou de uma liderança militar que contornasse o impasse que ele próprio desencadeara, ao entregar o cargo de presidente da República Federativa do Brasil. Finalmente, contemplando o vazio, e com uma voz que parecia relutar em desprender-se da garganta, ordenara a decolagem.

Apesar do bombástico pronunciamento na TV feito na véspera pelo governador do então estado da Guanabara, Carlos Lacerda, de que estaria em curso um golpe político, nada indicava no início daquele dia uma conjuntura que fugisse de maneira significativa aos padrões dos meses anteriores. Jânio chegara ao Palácio do Planalto às 6h30, conversara com alguns de seus ministros e saíra para participar da cerimônia do Dia do Soldado, sem dar qualquer sinal do

que ocorreria logo em seguida. Sua expressão era serena ao passar em revista a guarda presidencial perfilada na Esplanada dos Ministérios. E chegou a sorrir ao condecorar os agraciados com a Ordem do Mérito Militar.

Ao retornar ao palácio, porém, chamou ao seu gabinete o ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, e estendeu ao auxiliar um bilhete sucinto, redigido à mão, em que dizia:

Ao Congresso Nacional.

Nesta data, e por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça as razões de meu ato, renuncio ao mandato de presidente da República.

Mesmo impactado, Pedroso Horta não se mostrou inteiramente surpreso. Afinal, três dias antes, ele já recebera de Jânio um envelope contendo uma carta, mais extensa, para ser entregue ao presidente do Congresso, Auro Soares Moura Andrade, em que anunciaria seu abandono do comando do país, explicando vagamente as razões. Mas mantivera segredo, até por imaginar que a ameaça poderia não se concretizar. Diante daquela determinação, só lhe restou despedir-se do ainda chefe do governo, deixar o palácio e atravessar a Praça dos Três Poderes para cumprir a desconcertante missão.

Moura Andrade estava em seu gabinete no Senado quando Pedroso Horta chegou com as mensagens do renunciante. Após passar os olhos pelas páginas, o senador, com ar incrédulo e rubro de irritação, fez soar a campainha da Casa, convocando uma sessão extraordinária. Dirigiu-se ao plenário, rapidamente ocupado por dezenas de representantes dos estados, onde, em quatro minutos e meio, leu a carta, declarou vaga a Presidência e avisou que daria posse ao substituto constitucional, o presidente da Câmara, Pascoal Ranieri Mazzilli, do Partido Social Democrático (PSD), já que o vice João Goulart, primeiro na linha de sucessão, encontrava-se em missão oficial na China.

Instalou-se um clima de balbúrdia entre os parlamentares presentes, que reagiram aos gritos. Um deputado janista atirou-lhe

um microfone e outro tentou arrancar-lhe a carta. Houve troca de empurrões. Ao final da tarde, acalmados os ânimos, foi oficializada a posse de Mazzilli, que, em seguida, anunciou a demissão de todos os ministros – exceto os militares. Para chefiar a Casa Militar, foi nomeado o gaúcho Ernesto Geisel, liderança em ascensão entre o generalato.

Muito longe de ser o capítulo final de uma fase instável da vida brasileira, a decisão de Jânio lançava combustível em um braseiro que era mantido em estado latente desde outro agosto – o de 1954, quando o retorno de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete culminara em um trágico desfecho. Depois de ter governado o país por quinze anos em diferentes figurinos – líder revolucionário, pai dos pobres, paladino do trabalhismo, ditador –, Vargas venceu a eleição de 1950, a única que conquistou pelo voto popular, mas acabou enredado em escândalos envolvendo figuras de seu círculo próximo, que suscitaram furiosa reação oposicionista e o levaram a cometer suicídio.

Em solenidade no Palácio do Planalto, Jânio Quadros havia conferido a mais alta comenda nacional – a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul – a Ernesto Che Guevara, ministro da Economia de Cuba, reforçando uma relação com regimes socialistas que inquietava diversos setores da sociedade brasileira. Em 3 de agosto, trajando um informal *slack* branco, o presidente já havia condecorado com a Ordem do Mérito Aeronáutico o maior símbolo do triunfo soviético de então – o cosmonauta Yuri Gagarin, primeiro homem enviado ao espaço, em visita ao Brasil. Jânio também estivera na capital cubana em março de 1960, quando candidato à Presidência, atendendo um convite “para conhecer a revolução”. Acompanhado por uma comitiva de 43 pessoas, foi recebido no aeroporto pelo primeiro-ministro, Fidel Castro, falou à rádio oficial, colocou chapéu de palha e tocou maracas em um conjunto folclórico local. Durante sua estada, também teve encontros com Guevara e com Raúl Castro, irmão de Fidel e ministro das Forças Armadas.

Em retrospecto, pode-se imaginar a jornada como parte de uma estratégia de Jânio para destacar-se como liderança latino-americana, mesmo que para isso fosse preciso desafiar a ordem

mundial vigente. Vale lembrar que, em 1959, alguns dias após um encontro com o papa João XXIII em Roma, ele havia visitado a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como pré-candidato. Não imaginava o quanto estava sendo monitorado ou que o intérprete designado para acompanhá-lo em suas perambulações moscovitas, Alexander Alexeyev, era um experiente espião da KGB, a central de inteligência da nação socialista. O agente russo teria um reencontro com Jânio já presidente, em 5 de maio de 1961, e receberia dele a garantia de que as relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, rompidas em 1947, seriam reatadas. No entanto, infiltrados da rede de espionagem tcheca StB, que haviam ajudado Alexeyev a conseguir a audiência, o aconselharam a desconfiar dos compromissos verbais: “Os brasileiros, ao contatar um estrangeiro, possuem a tendência de fazer uma grande quantidade de promessas, já supondo que não cumprirão nenhuma delas. São pessoas preguiçosas, ignorantes e bem levianas, com as quais não se pode contar”, alertaram em memorando.

O governante brasileiro e o democrata norte-americano John F. Kennedy haviam chegado ao poder no mesmo janeiro de 1961. E, por razões diferentes, nenhum dos dois cumpriria o respectivo mandato até o fim. Era um período de crescente tensão política, de corridas armamentista e espacial e de disputa entre as potências pela hegemonia mundial – a chamada Guerra Fria. Um momento em que a União Soviética mantinha tentáculos sobre boa parte da Europa e expandia sua zona de influência para a América Central, dando suporte à implantação de um regime de inspiração marxista-leninista na vizinhança dos Estados Unidos. No Sudeste Asiático, a conquista da parte norte da Indochina pelo exército comunista de Ho Chi Minh e seu avanço para o Vietnã do Sul representavam “ameaças vermelhas” em outro *front*. Por isso, a perspectiva da aproximação do gigante sul-americano com Castro e os russos, com riscos de um efeito dominó pelo continente, era motivo para preocupações na Casa Branca. O episódio mais agudo no período seria a chamada Invasão da Baía dos Porcos, quando um grupo paramilitar formado por exilados cubanos, treinado e dirigido pela CIA, a central de

inteligência norte-americana, tentou sem sucesso um golpe contrarrevolucionário na ilha.

A condecoração a Che Guevara, somada à presença de um vice-presidente – João Goulart – oriundo do trabalhismo e identificado com ideias de esquerda, fazia soar uma série de alarmes em Washington. Dias depois da entrega da honraria, o deputado republicano August E. Johansen se pronunciara em termos ríspidos acerca do namoro de Jânio com o bloco socialista, qualificando o governante brasileiro como “hipócrita e traíçoeiro”. Internamente, a repercussão da homenagem também foi negativa. Os problemas já começaram na véspera, entre a oficialidade do Batalhão de Guarda, que ameaçou não formar as tropas defronte ao palácio para revista e a execução dos hinos dos dois países. Alguns militares cogitaram devolver suas medalhas em protesto.

Na prática, Jânio Quadros nada tinha de esquerdista. Em particular, dizia-se admirador de populistas latino-americanos como o argentino Juan Domingo Perón, e afirmava, sem muita lógica: “Governar é como dirigir um carro. Dá-se a seta para a esquerda, mas dobra-se à direita”. Mais tarde, admitiria sua real intenção com as iniciativas provocadoras: “Havia uma simpatia mútua entre Fidel e eu, claro. Mas eu queria mesmo era assustar os Estados Unidos, que não prestigiavam o Brasil, para arrancar umas vantagens dos americanos”.

O que Jânio provavelmente ignorava é que os esforços de relações exteriores cubanos integravam a política de “exportação da revolução”, na qual o Brasil era um objetivo importante. Segundo documentos encontrados em 2001 pelo jornalista Mário Magalhães, da *Folha de S.Paulo*, dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) mantinham na época contatos com autoridades da ilha, visando treinamento militar. Ainda que o 5º Congresso do “Partidão”, em setembro de 1960, tenha rejeitado a tese da luta armada para tomar o poder no Brasil, pregando a mobilização das massas por reformas, alguns de seus dirigentes seguiram com a ideia do uso da força. Manoel Jover Telles, militante que esteve em Havana entre abril e maio de 1961, escreveu ao Comitê Central do partido: “Curso político-militar:

levantei a questão. Estão dispostos a fazer. Mandar nomes, biografia e aguardar a ordem de embarque”. O líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, integrava o grupo e foi além, ao pedir armas ao governo de Cuba. Em seu relatório, Telles anotou: “Dei opinião contrária. Que discutissem o assunto com Luís Carlos Prestes (secretário-geral do PCB)”.

Embora nascido em Campo Grande (hoje capital do Mato Grosso do Sul), Jânio havia passado a infância em Curitiba, no Paraná. Após a separação dos pais, ele viveu com a mãe, Leonor, em São Paulo, onde cursou direito e tornou-se professor no tradicional colégio Dante Alighieri. Culto e poliglota, escrevia e falava inglês, francês, espanhol e italiano. Com a discreta e submissa esposa, Eloá, teve uma filha, Dirce “Tutu” Quadros. Ao aventurar-se na carreira política, elegendo-se vereador em 1947, trocou o nome de batismo Jânio João Quadros por Jânio da Silva Quadros, com a intenção de se mostrar próximo do povo. Desde cedo desenvolveu um personagem populista, que gostava de circular pelas ruas comendo sanduíches de mortadela tirados dos bolsos de seus ternos desalinhados e exibia paletós cobertos de caspa, que os adversários diziam ser talco pulverizado estrategicamente sobre a roupa. Nos palanques, fazia discursos exaltados, cheios de mesóclises e expressões arcaicas, gesticulando de forma atabalhoada, agitando os cabelos e arregalando os olhos, que por vezes miravam em direções diferentes por detrás de óculos de aros pretos e lentes grossas. O tom era de um reformismo conservador. Essa retórica encontrava eco em uma sociedade cada vez mais concentrada nos centros urbanos, assustada pelo fantasma do comunismo e ansiosa por reagir às transgressões de uma juventude rebelde, embalada pelo ronco das lambretas e pelo ritmo do rock herdado da década anterior. Ainda estavam presentes na memória coletiva casos como o assassinato da jovem Aída Curi por três rapazes, que abusaram sexualmente da moça e a atiraram de um terraço de Copacabana, em 1958. Jânio também era famoso pelo consumo excessivo de álcool, algo de que ele próprio se vangloriava: “Sou como Churchill: o mais que bebo, mais brilhante fico”.

O conjunto de singularidades e hilariantes *sincericídios*, aliado ao faro para identificar as demandas do eleitor, forjou uma personalidade política de ascensão meteórica. Em 1950, foi o deputado estadual mais votado. Em 1953, elegeu-se prefeito da capital paulista e, em 1954, governador do Estado. Em 1958, tornou-se deputado federal. Em 3 de outubro de 1960, chegou à Presidência pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), apoiado pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e pela União Democrática Nacional (UDN).

Sua inegável habilidade em fazer uso do marketing mostrou-se um trunfo decisivo sobre os oponentes. Foi na sua campanha que surgiu a primeira propaganda eleitoral na televisão. Os principais motes eram o ataque à política tradicional e o combate à corrupção, denunciando contratos feitos pelo governo Juscelino Kubitschek para a construção de Brasília. Parte da população reagiu empolgada ao emblema da prometida limpeza – uma vassoura de palha, que ganhou até uma marchinha contagiante: “Varre, varre vassourinha/ Varre, varre a bandalheira/ Porque o povo está cansado/ De sofrer dessa maneira/ Jânio Quadros é a esperança/ Desse povo abandonado”.

Como a legislação da época permitia candidaturas para presidente e para vice de forma isolada, elegeu-se com ele o gaúcho João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que já havia sido ministro de Vargas, vice de JK e que, nessa disputa – por estranho que possa parecer –, estava originalmente coligado com o principal adversário de Jânio, o marechal Henrique Teixeira Lott, do PSD. Jango, como era mais conhecido, fora apenas a segunda opção de vice para o militar, após a morte do ex-chanceler Osvaldo Aranha, nome inicialmente escolhido para a chapa. De todo modo, na reta final da campanha já estava consagrada a improvável dobradinha “Jan-Jan” (Jânio-Jango).

As afinidades entre os dois terminavam na bem bolada junção dos prefixos de seus nomes. Desde o começo, pairava no ar a suspeita de que o intento do vice era ocupar a cadeira presidencial, mesmo que por meio de atalhos. Em seu livro *Tudo a declarar*, de 1989, Armando Falcão, ministro da Justiça dos governos JK e Ernesto Geisel, chegou a afirmar que Brizola e Jango teriam lhe apresentado a ideia

de um golpe militar para derrubar Juscelino, ao final do mandato. Brizola negou ter feito a proposta e Jango já havia morrido quando o livro foi publicado. Verdade ou intriga, o fato é que já na década anterior o país era assolado por conspirações civis e militares. E que tramas envolvendo vices se constituíam em problema crônico desde o início da República.

No começo de seu governo, Jânio tomou medidas de impacto. Montou um ministério de alto nível; nomeou o primeiro embaixador brasileiro negro, Raymundo de Souza Dantas, para Gana; criou o Parque Indígena do Xingu, com 27 mil quilômetros quadrados; cortou gastos públicos; enviou ao Congresso projeto de lei antitruste e acabou com privilégios cambiais dos importadores. Mas na sequência vieram decisões controvertidas, como a legalização do jogo de carteados, a abolição de comerciais nas sessões de cinema, a proibição de rinhas de galo, de corridas de cavalo em dias úteis, da exibição de biquínis em transmissões televisivas e do uso de lança-perfume no Carnaval. Também tentou introduzir o traje safári – logo apelidado “pijânio” – como uniforme para o funcionalismo.

Governando por “bilhetinhos”, equivalentes dos *tuítes* e torpedos do milênio seguinte, enviados a ministros e auxiliares, mantinha pouca articulação com o Congresso e com os partidos, o que o levou a um isolamento político, encontrando crescente resistência por parte da numerosa base oposicionista, formada pelo PSD, o PTB e o Partido Social Progressista do paulista Ademar de Barros. Além do mais, o clima entre presidente e vice piorou com uma devassa promovida por Jânio, que apontou Jango como suspeito de usar dinheiro público na campanha eleitoral.

A confusão mental do presidente, agravada pelo alcoolismo, foi captada com sagacidade pelo fotógrafo Erno Schneider em 21 de abril de 1961, quando Jânio estava para se encontrar com o governante argentino Arturo Frondizi, na ponte que liga Uruguaiiana, no Rio Grande do Sul, a Paso de Los Libres, na Argentina. A imagem do brasileiro com os pés voltados para direções opostas traduzia perfeitamente as contradições entre as forças que disputavam o poder no país e o comportamento errático dele próprio no comando da

nação. “Aqueles a quem os deuses querem destruir, primeiro os fazem presidentes do Brasil”, queixava-se a amigos, criando uma versão para o ditado latino “Os deuses primeiro enlouquecem aqueles a quem querem destruir”.

Em mais um fatídico agosto para a história política brasileira, o mandato de Jânio estava completando sete meses. Apesar das dificuldades em viabilizar tanto bons projetos quanto medidas excêntricas, seu governo mantinha forte apoio popular. No dia 3, o presidente testou mais uma vez a capacidade de surpreender até mesmo os colaboradores mais próximos, com uma desconcertante decisão: “Vamos invadir, ocupar e anexar a Guiana Francesa!”, anunciou em reunião com a área militar. O objetivo era pôr fim à suposta exploração clandestina do manganês nos limites nacionais pelo território vizinho, de onde o mineral estaria sendo exportado para a Europa, causando prejuízos aos cofres brasileiros. O plano consistia em uma investida-relâmpago ao departamento ultramarino, situado além da fronteira norte do Brasil, e deveria mobilizar uma ação conjunta dos três ramos das Forças Armadas. A ofensiva iria contar com cinco brigadas do Exército, reunindo 2.500 homens, que abririam caminho no território inimigo até à capital, Caiena. Também contaria com uma força naval de fragatas e corvetas, e a Aeronáutica daria suporte às tropas terrestres. O plano já estava em andamento quando ocorreu a renúncia, sendo imediatamente abortado.

As resoluções intempestivas e o estilo janista de governar, pouco ortodoxo, não chegavam a causar trepidações na rotina da população. A recém-instalada capital federal, Brasília, distanciava o público da atividade política, preservando os círculos de poder de um escrutínio mais intenso. Como forma de compensação à mudança para o rincão afastado, parlamentares e integrantes da administração direta haviam recebido contrapartidas, entre elas um número maior de assessores e apartamentos funcionais, quando a cidade, inacabada, não oferecia opções de moradia – privilégio que se perenizou. Nos anos JK, o Brasil ganhara coberturas jornalísticas do mundo, não apenas como nação exótica, mas como lugar glamouroso, que atraía personalidades do *jet-set* internacional. Nenhum fim de semana se

passava nas grandes capitais sem que ocorressem recepções de gala, públicas ou privadas, pelos mais diversos motivos – do aniversário de uma *socialite* a um baile de formatura, de uma premiação de cinema a um *vernissage* de artes plásticas. Concursos de misses e partidas de futebol galvanizavam as atenções populares. O Carnaval não se restringia aos desfiles de escolas de samba na avenida Presidente Vargas, no Rio. No famoso baile do Theatro Municipal, a frequência ia da classe média à *high society*, e era possível pular lado a lado com atores e atrizes de Hollywood. Tudo era registrado pelas revistas *Manchete e Fatos & Fotos*, do grupo Bloch, e pela *O Cruzeiro* de Assis Chateaubriand. A arquitetura modernista de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Affonso Reidy influenciava as construções, com uso de concreto, vidro e madeiras nativas como cedro ou jacarandá. No interior das casas, predominavam móveis com os chamados pés de palito. Embora persistissem graves problemas sociais, era um momento de rara estabilidade entre épocas conturbadas.

O ambiente de crescimento acelerado e a abertura de estradas por todo o país haviam atraído diversas empresas automobilísticas estrangeiras na segunda metade da década anterior. Em 1956, a Volkswagen alemã colocara em produção a utilitária Kombi; três anos depois, o Fusca entrou na linha de montagem nacional. Na mesma época, a Vemag começou a fabricar no país sedãs e camionetas DKW, que conquistaram o apelido de “DeChaVê”, trocadilho referente às portas dianteiras dos veículos, que abriam da frente para trás, revelando as pernas das mulheres de saias. Lançado para concorrer com o Fusca, o Renault Dauphine foi o primeiro automóvel de passeio produzido pela Willys-Overland do Brasil, que já fabricava a Rural e o Jeep. Sua fragilidade rendeu-lhe má fama junto ao público brasileiro, que logo o apelidou de “Leite Glória”, laticínio em pó cuja publicidade tinha como *slogan* a frase “Desmancha sem bater”. Alterações deram origem ao Gordini, cujo motor gerava “emocionantes 40 cv”. O sonho de consumo da classe média era o elegante Aero Willys, que impunha respeito por onde passava. Ou o JK, sedã produzido pela Alfa Romeo via Fábrica Nacional de Motores (FNM). Símbolo da modernidade, fora lançado no dia

21 abril de 1960, feriado de Tiradentes, quando a capital federal passou a ser Brasília.

Com o impulso dado à diversificação industrial, às obras públicas e à atração de investimentos externos durante o governo Kubitschek, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro havia atingido a marca histórica de 10,8% em 1958 e se mantivera em patamares elevados – com 9,8% em 1959 e 9,4% em 1960. No ano seguinte, descendo a 8,6%, indicava uma tendência de retração. Mas o que preocupava era a inflação, que bateria os 47,8% naqueles últimos meses.

Em 13 de agosto de 1961, o vice-presidente João Goulart foi enviado em uma missão comercial à República Popular da China, com uma escala na União Soviética. Jânio lhe dera a incumbência argumentando que a aproximação com os chineses era uma forma de ampliar mercados, algo que o país precisava para aliviar o endividamento externo, além de reverter a trajetória de queda do PIB. Aproveitando a “carona” no avião oficial, a mulher, Maria Thereza, foi até a Costa Brava, na Espanha, acompanhada pelo irmão, João José Fontella, então diretor da Riotur, e os filhos, Denize e João Vicente.

Na passagem de três dias por Moscou, João Goulart e a comitiva foram recebidos pelo líder Nikita Khrushchev, que elogiou a política externa de Jânio e expressou o desejo da URSS de ajudar os países subdesenvolvidos. Apesar do clima cordial, Jango transitava por aquele território em um momento nevrálgico: as Forças Armadas do lado oriental da Alemanha, sob a esfera do poder soviético, haviam bloqueado as conexões para Berlim Ocidental, iniciando a construção do muro que dividiria o país – e de certa forma o mundo – por mais de um quarto de século.

Em Pequim, Jango discursou durante banquete que lhe foi oferecido pelo primeiro-ministro Chu En-Lai. Em Hangchow, encontrou-se com o líder da revolução chinesa, Mao Tsé-tung, a quem definiu como “um dos mais importantes personagens do mundo contemporâneo, renomado poeta, teórico e estrategista dos movimentos populares”. A visita resultou na assinatura de um acordo comercial no valor de US\$ 56 milhões. O vice-presidente declarou, já em Hong

Kong, que “a China Vermelha deveria ser admitida como membro das Nações Unidas”.

No Brasil, um dos fomentadores do ambiente instável era o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que em 1960 havia sido um dos mais entusiásticos apoiadores da candidatura Jânio, especialmente por seus aspectos moralizantes. Nascido em uma família que respirava política, com ênfase nas ideias socialistas, fora batizado Carlos Frederico em homenagem aos prenomes de Marx e Engels e passou a juventude como militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tendo abandonado a faculdade de direito pela carreira jornalística, reunia uma cultura monumental. Convertido ao campo da direita, Lacerda já havia sido o pivô da crise de 1954, que levara ao suicídio de Vargas. Em 1955, unira-se a setores militares para impedir a eleição e a posse de Juscelino. Vencido, partiu para um breve exílio.

Empolgado com os planos de Jânio, a quem chegara a qualificar como “o homem dos bigodes de Nietzsche e os olhos de Bette Davis”, o político carioca decepcionou-se rapidamente com a gestão do eleito. Fosse pela escolha do ministério, que considerou fraco, fosse pelas decisões presidenciais controversas, fosse pela condução da política externa, inclinada ao bloco socialista. Embora nunca tenham sido realmente amigos, Jânio e Lacerda rumavam, naquele momento, para a ruptura.

Em uma visita ao Palácio Laranjeiras, residência oficial do governador, Jânio fez observações que soaram a Lacerda como insinuações de que estaria tramando um golpe: “Carlos, você está conseguindo governar com esta Assembleia? Eu tenho a impressão de que vai ser muito difícil governar o Brasil com esse Congresso...”.

Em 18 de agosto de 1961, Lacerda decidiu confrontá-lo sobre a questão. Diante da insistência do governador em vê-lo até o final do dia, o presidente liberou um jatinho da FAB para levá-lo a Brasília. Jânio o recebeu às 20h45 no Palácio da Alvorada, instalado na cabine de cinema, prestes a assistir a um filme.

— Já jantou? — perguntou ao convidado.

Visivelmente cansado, Lacerda respondeu que não.

— Lamentavelmente eu já jantei, e os empregados já se recolheram — disse Jânio, em seu tom entre o formal e o irônico, certamente por imaginar o teor da conversa e já pretendendo deixar o visitante pouco à vontade. — Posso lhe oferecer um sanduíche?

Lacerda aceitou e tentou não perder tempo para expressar suas preocupações. Fez uma introdução ao presidente, dizendo que vinha achando sua conduta estranha e que gostaria de saber quais suas reais intenções quanto ao governo e ao Congresso. A chegada do sanduíche, acompanhado de pipocas, castanhas de caju e uma garrafa de uísque, travou o diálogo. Em seguida, a tela acesa mostrou os títulos de abertura de uma comédia de Jerry Lewis.

— Não quero ver esse palhaço! — berrou Jânio ao projetorista. — Ponha um filme de banguê-banguê!

Aproveitando a troca de programa, o presidente deixou a sala para dar um telefonema a Pedroso Horta, ministro da Justiça:

— O Carlos está aqui. Chame-o à sua casa e veja o que ele quer.

De volta ao cinema, em uma encenação bem preparada, foi interrompido pelo ajudante de ordens Celino, que informou ao governador que Pedroso Horta desejava lhe falar ao telefone. Ao retornar, percebendo a manobra do presidente para evitá-lo, Lacerda mostrou-se contrariado:

— Jânio, não vim aqui falar com o Horta. Não tenho nada para falar com ele. Vim aqui falar com você. Vim falar de governador a presidente.

— Vá — insistiu Jânio. — Converse com ele sobre os problemas do seu estado. Depois volte aqui para continuarmos.

Às 21h30, Lacerda tocou a campainha da casa de Pedroso Horta. O secretário particular de Jânio, José Aparecido de Oliveira, o recebeu. Na conversa, regada a seguidas doses de uísque, Horta teria deixado escapar a Lacerda a intenção de Jânio apresentar um pedido de renúncia, em uma tentativa de pressionar o Congresso a aprovar as reformas que julgava necessárias para governar o país. Assim que o visitante pôs os pés fora da casa, Pedroso Horta telefonou ao ajudante de ordens de Jânio, com uma recomendação:

— Celino, o governador chega aí dentro de minutos. Apanhe sua mala e devolva-a. Ele vai pernoitar no Hotel Nacional.

Lacerda se viu perplexo ao chegar ao Alvorada e encontrar o funcionário com sua mala na mão:

— O presidente já foi dormir, disse que estava muito cansado e precisava viajar logo cedo para o Espírito Santo — disse-lhe o ajudante de ordens.

Percebendo que a viagem estava perdida, Lacerda foi para o hotel, de onde ligou furioso para Pedroso Horta:

— Não aceito essa afronta! — explodiu. — Não vim aqui para comer pipocas em uma sessão de cinema! Não quero compactuar com o que está ocorrendo neste país. Vou denunciar o que vocês estão fazendo!

Às 7h do dia seguinte, no Palácio do Planalto, Jânio – que não havia viajado, ao contrário do que Celino informara a Lacerda – condecorava Che Guevara. De volta ao Rio de Janeiro, em represália ao ato e em desagravo ao governo de Washington, do qual se tornara um profundo admirador, Lacerda entregou a chave simbólica da Guanabara ao líder anticastista Manuel Antônio de Verona, declarando: “As portas da cidade estarão sempre abertas aos combatentes da liberdade cubana”. Enquanto o encontro ocorria, o presidente, em Brasília, anulava autorizações outorgadas em favor da empresa Hanna, norte-americana, e restituía as jazidas de ferro de Minas Gerais à reserva nacional, contrariando mais um interesse dos Estados Unidos.

Em 24 de agosto, Lacerda pôs em prática suas ameaças e foi à televisão denunciar que estava em curso a trama para um golpe de Estado, vindo do Palácio do Planalto. No dia seguinte, seria um dos primeiros a ser procurado por Pedroso Horta, que, lacônico, lhe comunicou a renúncia de Jânio.

No documento deixado ao Congresso, o agora ex-presidente mencionava, sem especificar quais seriam, as “forças terríveis” – citadas naquela noite no *Repórter Esso* da TV Tupi como “forças ocultas” – que o teriam levado ao gesto extremo:

Fui vencido pela reação e, assim, deixo o governo. Nestes sete meses, cumpri meu dever. [...] Mas, baldaram-se os meus esforços

para conduzir esta nação pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, o único que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social a que tem direito o seu generoso povo. Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração.

Em seu livro de memórias *Um Congresso contra o arbítrio*, Auro Moura Andrade reviveu a indignação sentida ao receber a notícia do abandono do cargo por Jânio: “Nem sete meses de governo! Não tinha condições de governar a Nação, de sacrificar-se pelo Brasil... Sentiu-se esmagado pelas responsabilidades que realmente pesam para ombros fracos!”.

A queda de Jânio foi objeto de todo tipo de especulação. Imaginou-se que ele havia sido alvo de pressões militares ou externas, por insatisfações envolvendo a questão das jazidas de ferro mineiras; que havia sofrido ameaças de morte ou ainda que recebera um ultimato de sua base política, após o incendiário discurso de Carlos Lacerda na véspera. “A renúncia é uma denúncia”, afirmaria, enigmático, a interlocutores, utilizando um *slogan* soprado pelo publicitário baiano e depois deputado João Dória. Em entrevista, diria sobre a decisão: “Deodoro da Fonseca renunciou; Ruy Barbosa renunciou; Getúlio renunciou. De modo que estou muito bem acompanhado num país em que não se renuncia a nada”. Ou, como se tornou habitual citá-lo, parodiando suas singulares escolhas na colocação de pronomes: “Fi-lo porque qui-lo”.

O mistério – de certa forma, um “segredo de polichinelo” do qual sempre se desconfiou – perduraria até o dia 25 de agosto de 1991. Exatos trinta anos após a renúncia, ele aceitou esclarecer as razões do seu ato, em um quarto do Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, onde se recuperava dos efeitos de um derrame cerebral. Seu neto, o economista Jânio John Quadros Mulcahy – que tentaria,



Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

Presidente Jânio Quadros condecora o líder guerrilheiro Che Guevara dias antes de encerrar seu curto e errático mandato

sem êxito, um espaço na vida política –, tomou coragem para tocar no assunto pela primeira vez com o avô, que, afinal, se abriu com espantosa franqueza: “Você há de entender que era um inferno governar o Brasil com todas essas composições que se tem de fazer. O presidente é todo-poderoso e escravo ao mesmo tempo”, começou. “A renúncia era para ter sido uma articulação: nunca imaginei que ela seria aceita. Foi uma tentativa de governabilidade. [...] Tudo foi bem planejado e organizado”, detalhou Jânio ao seu ouvinte atônito.

Mandei João Goulart em missão oficial à China, no lugar mais longe possível. Assim, ele não estaria no Brasil para assumir ou fazer articulações políticas. Escrevi a carta da renúncia no dia 19 de agosto e a entreguei ao ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta. Pensei que os militares, os governadores e, principalmente, o povo exigiriam que eu ficasse no poder. Jango era completamente inaceitável para a elite. Achei que seria impossível que ele assumisse, porque todos iriam implorar para que eu ficasse. [...] Renunciei no Dia do Soldado porque quis sensibilizar os militares e conseguir o apoio das Forças Armadas. Era para ter se criado certo clima político. Imaginei que, em primeiro lugar, o povo iria às ruas, seguido pelos militares. Que me chamariam de volta. Ao renunciar, pedi um voto de confiança à minha permanência no poder. Isso é feito frequentemente pelos primeiros-ministros na Inglaterra. Fui reprovado. O país pagou um preço muito alto. Deu tudo errado. Se não tivesse renunciado, a história do Brasil seria outra...

Talvez inspirado pelo presidente da França, Charles de Gaulle, que retornara ao governo com plenos poderes dois anos e meio antes, após um afastamento autoimposto, Jânio Quadros imaginava esperar somente algumas horas por uma aclamação. Sua decisão estaria tomada desde o início de agosto, já que o vice Goulart fora enviado à China no final de julho e a carta-renúncia fora redigida no dia 19, quase uma semana antes de o ato se consumir. Anos mais tarde, Auro Moura Andrade resumiria com uma insólita imagem a manobra do renunciante: “Jânio engravidara-se do poder e estava em gestação. Só que o feitiço voltou-se contra o feiticeiro!”.

Enquanto a notícia de seu abandono da Presidência chegava ao Congresso naquele 25 de agosto de 1961, Jânio esvaziava as gavetas no Palácio do Planalto. Depois de queimar alguns documentos e empacotar outros, retirou-se para o Alvorada, onde se reuniu à sua mulher, Eloá, e dona Leonor, sua mãe, em companhia das quais se dirigiu ao aeroporto. Tendo feito as malas de forma atabalhoada, chegou a deixar para trás algumas peças de roupa e um par de sapatos.

Após horas de inútil espera por alguma reação política, militar ou popular em seu favor, pediu ao comandante que levantasse voo e seguisse para São Paulo. Observando o panorama de Brasília desaparecer pela janela do avião, sentenciou irritado:

— Cidade maldita! Nunca mais porei os pés aqui!

O Viscount presidencial pousou na base aérea de Cumbica, na capital paulista, onde o esperava o capitão Kulmann, do II Exército, incumbido de reaver a faixa presidencial que o já ex-presidente levava na bagagem. Alterado pelos drinques tomados no percurso, ele reagiu mal ao pedido do militar. O capitão argumentou que a faixa pertencia à Presidência, tinha quinhentos gramas de ouro e alguns diamantes que eram propriedade do país. A discussão passou a ser travada aos gritos até que, finalmente, Jânio se rendeu. Foi buscar a faixa e, com as mãos trêmulas, a entregou a Kulmann, fazendo-lhe uma recomendação com ar bastante grave: “Leve-a, capitão. Mas leve-a como eu a trouxe”. Intrigado, o militar recebeu em seguida uma singular explicação, bem ao estilo dramático do político: “Aqui, sob a camisa, colada ao coração! Sobre a carne, capitão! Sobre a carne!”.